*IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS — TRANSPORTE INTERMUNICIPAL —
ISENÇÃO*

— Havendo a União exercido a sua competência tributária e estabelecido a isenção, não pode o município tributar o serviço de transporte intermunicipal, satisfeitos os pressupostos do texto federal.

— O imposto sobre serviços incide sobre o transporte de natureza estritamente municipal.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Prefeitura Municipal de São Paulo *versus* Breda Transportes e Turismo S.A.
Recurso Extraordinário nº 79 214 — Relator: Sr. Ministro
CORDEIRO GUERRA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros de Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento e notas ta-

quigráficas, à unanimidade de votos conhecer do recurso e lhe dar provimento, parcialmente.

Brasília, 29 de novembro de 1974. *Antônio Neder*, Presidente. *Cordeiro Guerra*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Cordeiro Guerra: A Prefeitura Municipal de São Paulo, informada com o v. acórdão recorrido, de fls. 507-510, recorre extraordinariamente a este Tribunal dando como violados o Decreto-lei nº 284, de 28.2.67, art. 1º, § 1º e o Código Tributário do município de São Paulo, porque, a seu ver, a recorrida presta inegavelmente serviços de transporte em área adjacente a do Município de São Paulo e que com ele integra um mesmo mercado de trabalho, nos termos da legislação federal que indica como infringida.

Aponta, outrossim, como divergente, o v. acórdão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, entre a própria Recorrida e o Estado da Guanabara no Ag 22 863.

Admitido pelo despacho de fls. 524-527 foi regularmente processado.

A Procuradoria-Geral é pelo não provimento.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Cordeiro Guerra (Relator): É indiscutível que compete à União federal instituir imposto sobre serviços de transportes e comunicações, salvo de natureza estritamente municipal (art. 21, VII da CF), o que é explicitado pelo art. 68 do CTN nos seguintes termos:

“I. Prestação do serviço de transporte por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias, ou valores, salvo quando se contenha inteiramente no território de um mesmo município.”

Dentro do território municipal incide o imposto municipal ISS sobre transportes e comunicações de natureza estritamente municipal.

A Prefeitura Municipal de São Paulo cobrou imposto sobre serviços sobre o

transporte intermunicipal da recorrida interpretando o parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei federal nº 284, de 28.2.67, a seu favor.

Diz esse Decreto-lei nº 284:

“Art. 1º. Fica instituído um imposto de 5% sobre o transporte interestadual e intermunicipal de passageiros efetuados por empresas rodoviárias.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo não se consideram transporte intermunicipal o que se realiza entre municípios adjacentes que integram um mesmo mercado de trabalho, como tal definido no regulamento.”

Razão não assiste ao recorrente, pois nesse decreto-lei, mais uma vez a União exerceu a sua competência tributária constitucional, criou um imposto e reconheceu uma isenção.

Entretanto, essa isenção não transformou diversos municípios em um só, de modo a permitir a incidência do imposto previsto no nº 27 da lista a que se refere o art. 8º do Decreto-lei nº 406, de 31.12.68 com a redação dada pelo art. 3º, inciso VII, do Decreto-lei nº 834, de 8.9.69.

A isenção concedida ao transporte de passageiros intermunicipal que se realiza entre municípios adjacentes que integram um mesmo mercado de trabalho, como tal definido no regulamento (v. g. o ABC paulista), não pode ser negada ou preenchida pelo imposto municipal sobre serviços, por força do art. 8º do CTN que dispõe: “O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.”

Tem, assim, toda procedência esse passo do despacho do ilustre Vice-Presidente do Tribunal *a quo*, juiz *Macedo Costa*: “Note-se que a isenção federal, programada em razão de relevantes fatores político-econômicos, concorrendo para redução dos

custos dos transportes numa área consorcial municipal, com mercado de trabalho comum, tem motivação óbvia, pois o deslocamento da mão-de-obra com preço viário módico estimula a produção e propicia a formação de núcleos habitacionais concentrados que poderão atender as instantes necessidades obreiras de uma área considerada geograficamente unida como valioso mercado laborativo. Disso decorre que, operada a isenção, pelo poder (federal — Decreto-lei nº 284/67) que podia tributar, não pode outro invadir a área tributária alheia, em manifesto esbulho de competência não tolerada pela Constituição Federal.”

O V. Acórdão apontado como divergente, não consagrou a melhor solução.

É de ver-se, porém, que, a recorrente, quando realizar serviços de transporte de pessoas, ou alugar seus ônibus a empresas, clubes, associações, isto é, efetuar transporte dentro do território exclusivo do município de São Paulo, deve pagar o imposto sobre serviços, previsto no item 27,

da lista mencionada no art. 8º do Decreto-lei nº 406.

Nesses termos, conheço do recurso e lhe dou provimento parcial, para excluir da restituição o *quantum* devido pelo transporte que realizou dentro do território exclusivo do Município de São Paulo.

EXTRATO DA ATA

RE 79 214 — SP — Rel., Ministro Cordeiro Guerra. Recte., Prefeitura Municipal de São Paulo (Adv., Alberto Raghianti). Recda., Breda Transportes e Turismo S.A. (Advs., Luiz Carlos Bettiol e Oswaldo Rodrigues).

Decisão: Conhecido e provido parcialmente, nos termos do voto do Relator. Unânime.

Presidência do Sr. Ministro Antônio Neder. Presentes à Sessão os Srs. Ministros Xavier de Albuquerque e Cordeiro Guerra. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Thompson Flores, Presidente, e Leitão de Abreu. Subprocurador-Geral da República, Dr. Oscar Corrêa Pina.